



Salário mínimo

Na segunda-feira

R\$ 1.100

Dólar

Na segunda-feira

R\$ 5,670
(▲ 0,43%)

Últimas cotações (em R\$)

25/outubro	5,555
26/outubro	5,436
27/outubro	5,555
29/outubro	5,625
01/novembro	5,670

Euro

Comercial, venda na segunda-feira

R\$ 6,582

Capital de giro

Na segunda-feira

6,76%

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

7,67%

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Maio/2021	0,83
Junho/2021	0,53
Julho/2021	0,96
Agosto/2021	0,87
Setembro/2021	1,16

CLIMA / Resistente à redução do metano, gás proveniente, em larga medida, da atividade agropecuária, governo brasileiro cede à imposição dos Estados Unidos e concorda em cortar emissões em 30% até 2030. Setor pode ser afetado pela decisão

Pressionado, Brasil assina acordo ambiental

» RAPHAEL FELICE

Após sucessivas negativas do governo federal em assinar um compromisso de diminuir a emissão de gás metano (CH₄) na atmosfera, um anúncio do Ministério das Relações Exteriores de que o Brasil aderiu ao acordo pegou de surpresa o mundo e até integrantes do próprio Poder Executivo. O entendimento foi costurado na COP26, conferência climática que ocorre em Glasgow, na Escócia.

"No âmbito das negociações da #COP26, o Brasil co-patrocinará o Compromisso Global sobre Metano. O Brasil é parte da solução para os desafios da mudança do clima. #BrasilNaCOP26", publicou o Itamaraty em sua conta no Twitter.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre outros órgãos do governo, era contrário ao acordo, porque a maior parte das emissões brasileiras de metano advém da pecuária. Para reduzi-las, seria necessário diminuir o rebanho ou investir pesadamente no melhoramento tecnológico da atividade. O governo, entretanto, cedeu à pressão dos Estados Unidos, principal patrocinador do acordo, que prevê a redução das emissões em 30% até 2030. Até ontem, mais de cem países haviam aderido à proposta.

Segundo o economista William Baghdassarian, professor do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (Ibmec), o governo cedeu às pressões não por ter se sensibilizado com o problema, mas sim para não se colocar em uma situação de pária ambiental. "Quando você reúne os maiores

líderes internacionais assinando esse acordo de clima, o Brasil se torna pária se não assinar", disse.

Segundo o especialista, a redução de metano pode ser uma oportunidade para o Brasil passar a emitir os chamados "títulos verdes", o que poderia compensar uma eventual perda em exportações de carne bovina. "Países comprometidos com essa pauta lá fora têm colocado incentivos para que as empresas emitam títulos e bônus, cujos recursos são destinados à causa ambiental, social e de governança. Como o Brasil tem um bioma muito forte e muito grande, poderia emitir muitos títulos de proteção", explicou.

O metano é um gás proveniente de diversas fontes, sendo que as principais são: erupções vulcânicas, decomposição de matéria orgânica e digestão de alguns animais herbívoros, como o boi. Ele faz parte dos gases que causam o efeito estufa na atmosfera e é 28 vezes mais poluente que o gás carbônico (CO₂), segundo cientistas. O Brasil produz 418 milhões de toneladas de metano por ano — sendo 73% oriundo do arrotado de bois e manejo de esterco dos animais.

Rebanho

A redução das emissões do gás pode atingir a pecuária, que é um setor importante da economia brasileira. O país tem o maior rebanho bovino do mundo e as exportações de carne constituem importante fonte de receita (veja no quadro). Apesar das evidências científicas, representantes do setor agropecuário do Congresso Nacional sustentam que o setor é sustentável.

Prós e contras

Acordo de redução de emissões de metano atinge em cheio a agropecuária brasileira

- O Brasil tem o maior rebanho bovino do mundo. Em 2020, somava **218 milhões** de cabeças;
- A produção brasileira de carne bovina é de **10,3 milhões** de toneladas por ano. Cerca de um quarto disso é exportado para dezenas de países;
- As exportações constituem uma grande fonte de receita do país.
- Apenas em setembro de 2021, as exportações de carne bovina alcançaram **212 mil toneladas**, gerando receitas de **US\$ 1,19 bilhão**. O valor cresceu **77,7%** em relação a setembro de 2020.

- China e Hong Kong são os maiores compradores da carne brasileira. No primeiro semestre, responderam por **60,4%** do total embarcado. Também são grandes compradores Egito, Chile, Rússia e Arábia Saudita;
- O Brasil é o quinto maior emissor mundial de metano, atrás de China, Rússia, Índia e Estados Unidos. Em 2018, as emissões do país foram calculadas em **418,02 milhões de toneladas**;
- Em 2020, a agropecuária foi responsável pela emissão de **395,35 milhões de toneladas** de metano na atmosfera;
- Entre 1990 e 2019, **73%** do metano lançado pelo país na atmosfera teve origem na agropecuária;



Fontes: Ministério da Agricultura, Abiec e Observatório do Clima

Pacifico/CB/D.A Press

O deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS) disse que a maior parte da emissão de metano no Brasil vem dos centros urbanos e definiu como "folclórica" a informação de que o arrotado dos bois gera gás suficiente para causar danos à atmosfera. "Não há dado científico que estabeleça a teoria", afirmou. O deputado Neri Geller (PP-MT)

vai na mesma linha, ressaltando que o acordo é positivo para o Brasil. "A produção agropecuária no Brasil é altamente sustentável", garantiu. "Nós precisamos do mercado internacional, a nossa imagem tem que mudar e precisamos de diálogo para sinalizar isso", acrescentou. Segundo o ambientalista Nelson Rodrigues, do projeto

Guardiões do Meio Ambiente, do Distrito Federal, por mais que grandes fazendeiros consigam avançar tecnologicamente e manter uma produção mais sustentável, os pequenos acabam gerando problemas ao meio ambiente. "Os pequenos fornecedores não tem estrutura e muitos não conseguem impedir as emissões", explicou.

Demissão inesperada

O coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança de Clima (FBMC), Oswaldo dos Santos Lucon, pediu demissão do cargo ao ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, ontem. Segundo Lucon, a decisão foi motivada por ele "não estar conseguindo cumprir com o objetivo do fórum". Ele alegou, ainda, que estava saindo por falta de interlocução do governo com representantes da sociedade civil.

Lucon abandonou o posto em meio à COP26, a conferência de cúpula sobre mudanças climáticas que ocorre em Glasgow, na Escócia. Engenheiro e advogado, ele foi nomeado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em 9 de maio de 2019, no lugar de Alfredo Syrkis. Lucon também é assessor para mudanças climáticas da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo e pesquisador do tema.

O agora ex-coordenador continua em Glasgow, mas como membro da Organização das Nações Unidas (ONU) e integrante do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão criado pela ONU com o objetivo de fornecer sugestões de políticas e avaliações científicas regulares sobre as mudanças do clima no planeta.

O Fórum Brasileiro de Mudança do Clima é um organismo científico do governo federal, criado em 2009, e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Na sua composição, ele tem, ainda, representantes da sociedade civil. A atribuição do órgão é assessorar a Presidência da República, estudar o problema do aquecimento global em suas implicações para o país, auxiliar na criação e promoção de políticas públicas e divulgar informação relevante para o público em geral. (RF)

A voz dos governadores da Amazônia sobre o clima

Os governadores de nove estados integrantes do Consórcio Interstadual da Amazônia Legal vão à COP26 para atrair e resgatar investimentos nas áreas de clima e florestas. A ideia é atrair iniciativas que possam ter sido abortadas em razão das ações do governo federal e do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). A ausência do presidente em Glasgow é considerada, inclusive, como uma oportunidade para estreitar os laços e captar recursos e parcerias internacionais em projetos voltados para a bioeconomia na Amazônia.

O grupo será comandado pelo governador do Pará, Helder Barbalho (MDB). À frente da comitiva do Amazônia Legal, ele se reunirá com o diretor-geral da Tropical Forest Alliance (TFA), Justin Adams. Em segui-

da, participa de um encontro sobre negócios sustentáveis promovido pelo Príncipe Charles, juntamente com potenciais parceiros dos estados amazônicos. Esse evento propõe conexões de impacto ("match-making") entre governos amazônicos e investidores na área de clima e florestas.

O governador paraense quer apresentar à COP26, políticas públicas para combate ao desmatamento e queimadas, como a Operação Amazônia Viva, que embargou 256 mil hectares de áreas devido ao desmatamento ilegal, 9.970 metros cúbicos de madeira em tora extraída de forma ilegal apreendida entre outras apreensões.

Sobre as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o grupo vai apresentar o programa Amazônia Agora. A iniciativa tem co-

Ed Alves/CB/D.A Press - 1/9/21



Helder Barbalho: proposta para reduzir o desmatamento e a comercialização ilegal de madeira

mo meta reduzir, no mínimo, 37% de GEE provenientes da conversão de florestas e do uso da terra, até 2030 — em relação à média entre os anos de 2014 a 2018. A partir de apoios adicionais, o objetivo é ampliar esse patamar para 43% de redução até dezembro de 2035. Segundo estimativa do Amazônia Agora, o Pará se tornará um estado zero emissão até 2050.

Em abril deste ano, governadores dos estados que compõem o Amazônia Legal — Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins — assinaram uma carta pública na qual se comprometeram a direcionar recursos obtidos em negociações internacionais para contribuir com questões relacionadas ao clima e à preservação do meio ambiente. (RF)